



## **Mercosul e Regionalismo Aberto nos governos Temer e Bolsonaro: Uma análise dos Relatórios de Gestão<sup>1</sup>**

Mercosur and Open Regionalism in the Temer and Bolsonaro Governments:  
An Analysis of Management Reports

### **Leonardo Granato**

Professor da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq).

3

### **Guilherme Bratz Uberti**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq).

---

<sup>1</sup> Recebido para Publicação 29/03/2024. Aprovado para Publicação em 12/06/2024.  
DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.13207330>





## Resumo

Este trabalho discute a mudança ocorrida no Brasil entre 2016 e 2022 a respeito do modelo de integração regional a ser seguido no Mercosul, condizente com o caráter mais ortodoxo da política econômica neoliberal, notadamente no governo Bolsonaro. Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo em documentos relativos aos compromissos de candidatura e relatórios de gestão dos mandatários do período. A análise se deu em termos da perspectiva que deveria ser assumida na integração regional e de qual a relevância do Mercosul. Observou-se uma perspectiva sobretudo econômico-comercial e de regionalismo aberto, com busca pela abertura irrestrita aos mercados, na qual o Mercosul foi elemento central.

**Palavras-chave:** Mercosul, Regionalismo aberto, Estado brasileiro, Relatórios de gestão.

4

## Abstract

This article aims to discuss the change that took place in Brazil between 2016 and 2022 regarding the regional integration model to be followed in Mercosur, which followed a more orthodox neoliberal economic policy, especially in the Bolsonaro government. The technique of content analysis was employed in documents relating to the candidacy commitments and management reports of the presidents of the period. The analysis took place in terms of the perspective that should be taken on regional integration and the relevance of Mercosur. We observed a mainly economic-commercial perspective and one of open regionalism. This perspective, in which Mercosur was a central element, sought unrestricted openness to markets.

**Keywords:** Mercosur, Open Regionalism, Brazilian State, Management Reports.





## Introdução

Consolidou-se no debate intelectual e político da região latino-americana a mudança do Estado brasileiro a respeito do modelo a ser seguido no âmbito de uma das principais instituições de sua política externa (doravante, PEB), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre 2016 e 2022, período em que o Brasil foi governado por Temer e Bolsonaro<sup>2</sup>. Embora as análises coincidam na mudança da política voltada ao bloco mercosulino, ainda há discussão se o que houve foi uma mera retomada do regionalismo aberto dos anos 90 ou se as diferenças no contexto social e político não permitiriam tal comparação.

O presente artigo pretende contribuir com a discussão acerca de como essa mudança se institucionalizou durante o período, por meio da análise dos relatórios anuais encaminhados por Temer e Bolsonaro ao Legislativo para prestação de contas e, de forma complementar, dos seus programas de campanha, chamando atenção para as particularidades contextuais que a diferenciam da década de 90. Nesse sentido, o presente trabalho se articula com um esforço de pesquisa anterior que, com base na análise de planos nacionais de desenvolvimento produzidos entre 2016 e 2020, concluía acerca da retomada do regionalismo aberto com os governos de direita no período (GRANATO; UBERTI, 2022).

A discussão sobre o modelo a ser adotado no Mercosul por seus países membros faz parte do debate mais amplo sobre integração regional, integração essa que desde meados do século XX tem assumido uma posição de destaque nos ideários desenvolvimentista e neoliberal, funcionando, ora como ferramenta para promover uma industrialização e inserção externa autônoma (paradigma do velho regionalismo), ora como instrumento para a liberalização comercial externa (paradigma do regionalismo aberto). Ao se analisar a trajetória histórica do Mercosul, faz-se possível verificar uma tensão entre o modelo a ser seguido, pois o fato de o bloco mercosulino ter sido fundado em 1991, sob os preceitos do neoliberalismo e do regionalismo aberto, não impediu a sua reformulação, no contexto da onda de governos populares e progressistas na região latino-americana durante a primeira década dos anos 2000.

Diferente do modelo pautado pelo regionalismo aberto da década anterior, a perspectiva de regionalismo defendida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil propunha um arranjo ampliado de articulação em questões de políticas públicas não apenas de cunho econômico-comercial, mas também de ordem produtiva, política e social, que promovesse uma ampliação das margens de ação dos Estados membros em aberto desafio aos interesses estadunidenses na região. Entretanto, após a crise política deflagrada no segundo mandato de Dilma Rousseff, que culminou no golpe de 2016, os governos Temer e Bolsonaro passaram a defender a mudança no modelo de integração a ser seguido para o Mercosul<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Mariano, Ramanzini Júnior e Vigevani (2021); Vadell e Giaccaglia (2020); Frenkel e Azzi (2018); Caetano, Burian e Luján (2019); Junqueira, Neves e Souza (2020); Cavalcanti (2019).

<sup>3</sup> Ainda que a pesquisa se restrinja à realidade política brasileira em relação ao Mercosul, cabe ressaltar que a delimitação implementada, para fins analíticos, não opera em detrimento de uma perspectiva que observa as mudanças do Mercosul como resultado de uma conjuntura política regional mais ampla. No caso do período entre 2016-2022, foco do trabalho, julga-se imprescindível considerar o giro à direita nos governos da região sobretudo a partir de 2015, ou o que seria uma nova onda hemisférica, encabeçado com as eleições do governo de Mauricio Macri na Argentina e, posteriormente, com a assunção de Michel Temer no governo brasileiro, pós *impeachment* de Dilma Rousseff.





Essa mudança, no mínimo próxima ao modelo de regionalismo aberto, teve influência contextual de ao menos três frentes: i) no plano externo, houve o surgimento da direita radical no mundo e a defesa do neoliberalismo ortodoxo, em meio aos efeitos prolongados da crise de 2009 e aos impactos econômicos da pandemia; (ii) no interno, a força política e social que teve a conquista das eleições por Bolsonaro em 2018, sob defesa e adoção do neoliberalismo ortodoxo em termos de política econômica; e (iii) no plano regional, da crítica ao Mercosul ampliado (ou social) e da investida contra a Tarifa Externa Comum (TEC) por parte de Bolsonaro e seu secretariado.

Conforme o modelo clássico de integração econômica (BALASSA, 1961), a referida TEC – que consiste na aplicação conjunta de tarifas para as importações provenientes de países não pertencentes a determinado agrupamento, idealmente pensada para a defesa de setores estratégicos – pode ser entendida enquanto o coração do grau de integração correspondente à União Aduaneira. Sem a TEC, o grau de integração mais robusto seria a Zona de Livre Comércio, acordo mínimo entre países que criam espaço de trocas a partir do desmantelamento das barreiras comerciais. Nesse sentido, uma hipótese que pode ser levantada desde já é que a mudança na orientação ao Mercosul, em termos de integração econômica, possa ter se dado no sentido do recuo do bloco do estágio de União Aduaneira imperfeita para uma Zona de Livre Comércio, um dos caminhos institucionais menos profundos em termos de níveis de integração observados para o Mercosul.

Com o intuito de verificar tais orientações na integração regional para além dos discursos e documentos no campo da política externa, busca-se aqui analisar um corpus documental alternativo, constituído pelos relatórios anuais de gestão dos mandatos, acompanhados pelos programas de campanhas dos candidatos. É por meio deles que os governantes buscam defender seus posicionamentos perante o Legislativo e a sociedade, respectivamente. No caso dos relatórios, ainda há o destaque a determinadas atividades levadas a cabo por parte do governo, servindo de evidência acerca da orientação que vai sendo incorporada na Administração Pública.

Assim, de modo a fornecer subsídios à discussão sobre a institucionalização dos modelos de integração regional adotados a partir do Mercosul para além das análises empíricas no campo da política externa, buscou-se investigar em que medida a análise dos programas de campanha e dos relatórios de gestão dos governos Temer e Bolsonaro auxiliam na discussão acerca da mudança ocorrida no Brasil entre 2016 e 2022 a respeito do modelo de integração regional a ser seguido no Mercosul.

Nossa hipótese é que o caráter extremado da política econômica neoliberal, influenciado pelos fatores contextuais acima elencados, direciona as críticas dos governos em questão no que se refere à integração regional, especificamente por meio do Mercosul, a qualquer medida não vinculada a crescimento econômico de curto prazo, o qual seria influenciado pela abertura irrestrita da economia brasileira e pela busca de novos mercados. Nesse sentido, considerando o legado do Mercosul ampliado do século XXI, especial ataque devem sofrer a dimensão social e as barreiras aplicadas ao comércio exterior.

Com base na discussão teórica que envolve o direcionamento do Mercosul sob enfoque de governos progressistas ou de direita, e após pré-análise dos programas de campanha e relatórios de gestão do período sob estudo, entendeu-se que há determinados eixos em que se pode verificar como os governos em tela pautaram a reorientação do projeto integracionista do Mercosul: em termos gerais, são a orientação conferida à política externa e à integração regional (mais próxima a quais modelos de integração regional e





sob quais dimensões de políticas públicas) e, dentro desse contexto, qual a relevância do Mercosul para os fins propostos (se central ou não e quais os principais instrumentos utilizados).

No que diz respeito à organização do artigo, além desta introdução, há no trabalho três seções. Na primeira, de caráter teórico, são formulados alguns apontamentos sobre a trajetória do Mercosul, reproduzindo ideias presentes em Granato e Uberti (2022). Na segunda seção, é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. Na terceira e quarta seções, são discutidos os posicionamentos dos governos Temer e Bolsonaro em relação ao Mercosul, mediante análise de documentos oficiais, tais como cartas com compromissos de campanha e relatórios que evidenciam os feitos do mandato mais ilustrativos das orientações governistas. Por fim, são formuladas as conclusões.

## 1. Apontamentos sobre as fases do Mercosul e seus paradigmas

A gênese do Mercosul se dá na década de 80 e remete ao esforço bilateral do Brasil e Argentina em instituir as bases para a criação de um mercado comum que, com base em protocolos setoriais de cooperação industrial gradual e simétrica, contribuísse para o desenvolvimento interno de ambos os países, assim como para a ampliação de margens de autonomia na esfera internacional. Já nos anos 90, a reestruturação e ofensiva capitalista em meio às fortes crises econômicas em ambos os países e a ascensão dos novos governos neoliberais no Cone Sul como um todo, pautaram uma reorientação da política bilateral de integração que, em parceria com Uruguai e Paraguai, originou o Mercosul, conforme estabelecido no Tratado de Assunção de 1991. A partir de então, assim como feito em Granato (2021), é possível dividir a história do Mercosul em três fases: a primeira referente ao regionalismo aberto, que vai de 1991 a 2001; a segunda fase referente ao regionalismo multidimensional, que vai de 2001 a 2011; e a terceira, referente ao retorno do regionalismo aberto, que vai de 2011 a 2022.

Na primeira fase do Mercosul, em conformidade com as diretrizes da Rodada Uruguai do antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947 e com a nova estratégia de integração para a América Latina definida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em termos de “regionalismo aberto” (CEPAL, 1994; FUENTES, 1994), o modelo de integração de cunho mais desenvolvimentista e autonomista, adotado inicialmente por Brasil e Argentina, foi substituído por uma integração aberta aos mercados, colocando-se a liberalização comercial e desregulamentação financeira, no marco dos princípios do Consenso de Washington, como os eixos dinâmicos do processo associativo (MELLADO, 1995; RAPOPORT, 2009; MARIANO, RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021). Passou a vigorar, assim, durante a década de 1990, um “Mercosul dos negócios” (KATZ, 2006), ou Mercosul “fenício” nos termos de Caetano (2007), restrito a uma agenda econômico-comercial.

Nos anos 2000, a emergência de governos populares e progressistas na América do Sul marcou uma mudança nos rumos da integração na região, que passou a ser pautada sob uma perspectiva multidimensional e autonomista, em boa medida sob iniciativa da política externa dos governos Lula e Dilma e dos governos Kirchner, com a afirmação paralela de agendas internas de desenvolvimento econômico e social, com ênfase na inclusão social (SARTI, 2017; LIMA, 2013). Essa nova perspectiva integracionista, cristalizada no Consenso de Buenos Aires de 2003, propunha um arranjo ampliado de coordenação dos





Estados membros em questões de política pública não apenas de cunho econômica-comercial, mas também de ordem política, social, produtiva e de infraestrutura. Por sua vez, essa nova perspectiva também buscava construir um Mercosul que tivesse no objetivo da inserção externa autônoma dos países membros o seu núcleo central (GRANATO, 2015)<sup>4</sup>.

Após a crise econômico-financeira mundial de 2008 e do encerramento do ciclo das commodities que tanto tinha beneficiado os governos populares e progressistas desde seu início, o quadro político da região foi pouco a pouco sendo marcado por fatos como a destituição dos mandatários de Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019), a crise na Venezuela, e as vitórias eleitorais de Macri, na Argentina (2015), de Moreno, no Equador (2017), de Piñera, no Chile (2018), de Bolsonaro, no Brasil (2019) e de Lacalle Pou (2020), no Uruguai. Nesse novo contexto de restauração conservadora no continente, o ideário neoliberal retomou renovado vigor (OSORIO, 2019; MERINO, 2017; 2020), e no que diz respeito ao Mercosul, a retomada da noção de regionalismo aberto tornou-se um imperativo (Cavalcanti, 2019), principalmente frente às exigências da estratégia global de segmentação produtiva adotada pelas empresas transnacionais, as chamadas, “cadeias globais de valor” (TREACY, 2018), a cuja dinâmica, segundo a nova perspectiva hegemônica, o bloco mercosulino deveria se sujeitar e acomodar.

Entretanto, ainda que o retorno dos postulados do regionalismo aberto seja um imperativo, Briceño-Ruiz (2018) sustenta não ser possível afirmar que o atual movimento trata de um retorno completo aos termos de tal modelo, tendo em vista que o mundo e a região na última década se diferem do contexto dos anos 1990. Por sua parte, Mariano, Bressan e Luciano (2021), com o conceito de regionalismo líquido, chamam a atenção para a fluidez, informalidade e design institucional limitado de projetos regionais como o Mercosul, na etapa em questão. Já Berringer (2021) e Berringer e Granato (2022) aportam elementos referentes ao retorno para o modelo do regionalismo aberto e aos interesses de classe por ele privilegiados, em defesa de um foco eminentemente comercial da integração e subordinada às grandes potências.

Em suma, em diálogo com as diferentes interpretações trazidas, ficou aqui evidenciado que, em seus trinta anos de história, o Mercosul foi perpassado por diferentes etapas e modelos de regionalismo adotados. Na última década da história do bloco, as diversas interpretações apontam para a retomada do modelo de regionalismo aberto, em que pese as novas roupagens e os inéditos contextos nacionais e internacional.

---

<sup>4</sup> Tal mudança nos rumos da integração foi objeto de diversas interpretações por parte da literatura. Para Veiga e Rios (2007), o regionalismo construído no período progressista seria pós-liberal, ou ainda para Riggiozzi e Tussie (2012) teria sido pós-hegemônico. Ver, também, Sanahuja (2012). Por sua parte, Berringer e Boito (2013), entendem o regionalismo do período como fazendo parte de uma dinâmica social mais ampla referente às frações hegemônicas no bloco no poder dos principais Estados-membros. Em que pese as tentativas reformistas do neoliberalismo expressas na integração dessa etapa, estudos como os de Berringer (2017), Briceño-Ruiz (2018), Granato (2020), Batista e Granato (2021) e Mariano, Bressan e Luciano (2021), fornecem subsídios para a problematização do modelo de regionalismo impulsionado na nova fase.





## 2. Considerações metodológicas

Nesta pesquisa, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), no intuito de identificar como o Mercosul é tratado em documentos assinados por Temer e Bolsonaro entre 2015 e 2022, antes e durante de seus mandatos, de modo a coletar as orientações dos programas de seus partidos e a investigar como se institucionalizaram no governo. A cada período correspondeu um tipo distinto de fonte consultada.

Primeiramente, analisaram-se os programas de governo, destinados à disputa eleitoral e publicados pelos partidos dos postulantes à presidência. Ainda que constituam meras promessas, expõem as propostas e pautas prioritárias dos candidatos, podendo ser desvelada, em específico, qual a perspectiva direcionada à integração regional e ao Mercosul.

No caso de Temer, vice da chapa vencedora do pleito eleitoral em 2014, o documento consultado foi a carta de seu partido (PMDB) com série de críticas e sugestões à gestão de Dilma Rousseff (PT), publicada um ano antes da instauração do processo de impeachment contra a então presidenta. Segundo Temer, a recusa pela adoção das iniciativas ali levantadas teria sido chave para o processo de impedimento sofrido pela petista (CARTA CAPITAL, 2016). Já no caso de Bolsonaro, o documento foi o utilizado para concorrer às eleições em 2018.

Já o segundo tipo de documento consultado traz as assinaturas de Temer e Bolsonaro enquanto Presidentes da República. Trata-se de mensagens presidenciais encaminhadas ao Legislativo, que se dividem em duas espécies: (i) a que acompanha o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), elaborada durante o primeiro ano de mandato e que busca elucidar as prioridades da gestão em termos orçamentários, e (ii) a que expõe a situação do país, destaca atividades da gestão durante o ano que se passou e sugere providências para o ano que se inicia. Uma vez que Temer não iniciou o mandato, assinou apenas mensagens da segunda espécie listada – as duas últimas reservadas ao mandato de sua chapa junto à Dilma (2017 e 2018). Já Bolsonaro assinou mensagens das duas espécies (de 2019 a 2022).

Em pré-análise dos documentos coletados, pôde-se identificar que os discursos são uníssomos em determinados aspectos, mas variam em torno de determinados eixos. Eles tratam de forma homogênea a perspectiva que deve ser assumida na PEB (estritamente comercial) e, em certa medida, da orientação a ser adotada no modelo de integração regional, próxima ao regionalismo aberto, ainda que com especificidades no teor das críticas direcionadas ao modelo posto, legado da orientação autonomista e multidimensional.

Por outro lado, o conteúdo das manifestações varia acerca da relevância da integração regional e do Mercosul na política externa proposta (central ou não), de quais as dimensões de políticas públicas mais relevantes na integração (econômica-comercial, política, segurança etc.) e de quais os instrumentos do bloco mercosulino mais utilizados para os fins desejados à PEB (busca de acordos multilaterais com países desenvolvidos, flexibilização da TEC, acordos intrabloco etc.). Esses foram os enfoques para a interpretação do conteúdo do corpus documental aqui utilizado.

A seguir, são apresentados os resultados da análise. Primeiramente, são apresentados os documentos da gestão Temer e, em seguida, os da gestão Bolsonaro. Dentro de cada seção, são investigados





inicialmente os compromissos que elaboraram junto a seus partidos, antes dos mandatos, para depois proceder à análise dos relatórios destinados ao Legislativo, assinados enquanto Presidentes.

### **3. Governo Temer: Mercosul como plataforma para inserção competitiva nos mercados**

No documento com o conteúdo programático do partido de Temer (PMDB), a PEB figura dentre as iniciativas fundamentais para o desenvolvimento. A orientação é no sentido de integrar a economia brasileira ao comércio internacional, por meio de abertura e busca de acordos com países desenvolvidos, “com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles” (PMDB, 2015, p. 18). O intuito com isso, segundo a carta de 2015 que serviu de alerta ao golpe que se avizinhava, seria apoiar o setor produtivo na integração às cadeias globais de valor.

Contata-se, assim, uma perspectiva estritamente econômica à PEB, balizada pela busca de abertura comercial. Nessa lógica, depreende-se que o Mercosul aparece como estratégico em molde próximo ao do regionalismo aberto, constituindo ferramenta (preferencial) para celebração de acordos econômicos com países centrais ou de capitalismo avançado.

Já em relação às mensagens assinadas por Temer enquanto Presidente interino, destinadas ao Legislativo, percebeu-se que o objetivo para a PEB se manteve, o da busca de maior inserção do país em eixos dinâmicos da economia mundial, com ênfase especial na recuperação da economia e na geração de empregos. Quando eram trazidas orientações gerais para a política externa, seguiu sem haver menção à integração regional.

Tal princípio para a PEB acabou guiando as ações destacadas nos documentos: nas missões internacionais, o enfoque foi no aumento do fluxo de investimentos para o país e na busca de oportunidades em setores estratégicos. Nessa lógica, o “fortalecimento da integração regional” se resumiu à constituição de “plataforma para inserção competitiva dos países na economia global” (BRASIL, 2017, p. 173).

O Mercosul, dentro dessa perspectiva, apareceu com destaque nas atividades promovidas pelo governo em duas frentes: (i) em âmbito interno ao bloco, na maior liberalização comercial, por meio da eliminação de barreiras, tarifárias ou não, (ii) no externo, na aceleração de negociações junto a outros países e blocos. No primeiro documento assinado por Temer enquanto Presidente interino, já era manifesto o interesse pelo retorno do Mercosul à “vocação original como área de livre comércio” (BRASIL, 2017, p. 174), sob o argumento de que o aspecto econômico-comercial teria ficado “relegado a segundo plano” em governos anteriores. Em termos de integração econômica, portanto, fica retratado o interesse do governo em fazer o Mercosul retroceder a uma zona de livre comércio.

Na mensagem ao Legislativo do ano seguinte, é verificada uma inovação terminológica: estaria sendo gerido um “Mercosul de resultados” (BRASIL, 2018, p. 13), por meio de iniciativas rumo ao livre mercado e à revitalização da agenda de negociações externas, oportunidade em que foi destacada a perspectiva de





conclusão do acordo com a União Europeia<sup>5</sup>. Além da dimensão econômico-comercial, outras que apareceram com certo destaque nas atividades que envolviam a região latino-americana e o Mercosul, ainda que sem muito aprofundamento, foram a cooperação fronteiriça e a segurança. Em terceiro plano, a infraestrutura na região e a pauta social, com menção a iniciativas que vinham sendo realizadas desde governos anteriores, mas sem importantes lançamentos.

#### **4. Governo Bolsonaro: abertura irrestrita e reorientação institucional para o caráter estritamente comercial do Mercosul**

A perspectiva conferida à PEB no programa de governo de Bolsonaro foi, assim como em Temer, estritamente econômica. Defendeu-se que “facilitar o comércio internacional é uma das maneiras mais efetivas de se promover o crescimento econômico de longo prazo” e que “países mais abertos são também mais ricos” (PSL, 2018, p. 65). A proposta era reduzir alíquotas de importação e barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais.

A relação com países da América Latina (AL) foi trazida em seção destinada ao Itamaraty, onde se afirmou que seria fomentado o comércio exterior “com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil” e que não seriam realizados acordos comerciais com ditaduras (PSL, 2018, p. 79). Para tanto, foi novamente ressaltado que a ênfase se daria nas relações e acordos bilaterais.

Nota-se que, assim como em Temer, a diretriz para a PEB é de abertura comercial irrestrita, sem negociar reciprocidades, sobretudo em relação aos países centrais. A diferença é que no programa de campanha de Bolsonaro, mesmo após os avanços no acordo com Mercosul-União Europeia, o bloco mercosulino não é nem mesmo considerado como estratégia, sendo enfatizada a opção por acordos bilaterais. Além disso, nos compromissos do candidato são destacadas duas questões que tocam no relacionamento com países da AL: a busca pelo redirecionamento das parcerias e pelo afastamento em relação a “ditaduras” como a venezuelana – em meio ao realinhamento do país aos Estados Unidos e à guerra desse último a Venezuela.

Passamos agora às contribuições dos documentos assinados por Bolsonaro, após eleito para o cargo de Presidente da República, que evidenciam a maneira como essas promessas foram institucionalizadas durante o mandato. Primeiramente, analisamos a mensagem que acompanhou o projeto de PPA de Bolsonaro em 2019. Em consonância com o programa de campanha, trouxe como um dos grandes problemas que deveriam ser enfrentados na PEB a baixa inserção internacional da economia. Para combatê-lo, afirmou que a orientação da pasta de relações exteriores estaria em sintonia com o objetivo do Ministério da Economia sobre comércio internacional (BRASIL, 2019a) – pasta ministerial essa que estava sob comando de Paulo Guedes.

---

<sup>5</sup> Ao que tudo indica, as negociações com a União Europeia vinham sendo tratadas no sentido da formação de uma área de livre comércio extrarregional, o que iria de acordo com as orientações econômicas neoliberais e, conseqüentemente, próximas ao regionalismo aberto.





Na seção destinada à PEB, não houve menção à relevância da integração regional, mas o Mercosul foi citado com destaque pela primeira vez nos documentos analisados do Presidente, quando foi celebrada a “progressão” que havia sido feita durante o ano no acordo com a União Europeia (BRASIL, 2019a). À medida que com o acordo se buscava uma maior troca comercial com países de capitalismo avançado, ia-se ao encontro das orientações neoliberais, próximas ao regionalismo aberto, corroborando os princípios de campanha. Além disso, fica retratado como o Mercosul passaria a se tornar uma importante ferramenta para os fins pretendidos à PEB e à integração regional.

Agora passamos a discutir os outros quatro documentos da gestão Bolsonaro entre 2019 e 2022 destinados ao Legislativo, compostos por suas mensagens e relatórios anuais de gestão. Primeiramente, apresentamos um panorama geral acerca de como a integração regional compareceu no discurso e nas atividades destacadas nas seções reservadas à PEB. Em seguida, é trazida uma característica marcante da gestão Bolsonaro que auxiliará na contextualização da relevância do Mercosul: a prioridade conferida aos interesses do agronegócio nos temas referentes a comércio exterior. Por fim, buscamos aprofundar a análise acerca de como o bloco mercosulino foi considerado nas mensagens.

De forma geral, os relatórios anuais de gestão em Bolsonaro não fazem menção imediata à relevância da integração regional para as orientações à PEB. O primeiro deles, publicado ao final de 2019, seu primeiro ano de mandato, pode levar a entender que a pauta não seria prioridade nem mesmo nos moldes do regionalismo aberto, pois consta como uma das perspectivas do governo o realinhamento da diplomacia bilateral com países “efetivamente estratégicos”, pelo “potencial promissor em comércio e investimentos e no compartilhamento de tecnologias que contribuam para solucionar problemas concretos enfrentados pelo País” (BRASIL, 2019b, p. 112). Corrobora tal perspectiva o fato de que poucas foram as missões do governo Bolsonaro junto à região latino-americana tidas como relevantes. As realizadas pelo referido governo eram aquelas junto a países centrais, que versavam sobre a busca de novos acordos comerciais.

Entretanto, em análise mais apurada, é possível compreender como a integração regional, próxima ao modelo de regionalismo aberto, seria relevante para o principal objetivo das relações exteriores em Bolsonaro – a abertura de novos mercados, de preferência centrais – valendo-se do Mercosul. Índícios para tal constatação advêm já no primeiro relatório de gestão de Bolsonaro, em que é anunciada a intenção de transformar a integração regional em “ferramenta para a inserção competitiva do Brasil na economia mundial” (BRASIL, 2019b, p. 113).

A nova orientação à relação com os países da região aparece também sob perspectiva política. Enquanto em um ano foi saudada a suspensão da participação do Brasil na Comunidade Sul-Americana de Nações (Unasul) (BRASIL, 2019b), no seguinte, foi destacada a criação do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul) (BRASIL, 2020). Essa substituição simboliza a mudança política que vinha ocorrendo nos países da AL, composta pelos efeitos prolongados da crise mundial de 2008 e pela guinada à direita em termos governamentais.

É relevante esclarecermos que a Unasul nasce no contexto do século XXI, que inspirou o modelo de integração multidimensional e autonomista defendido no período dos governos do PT, constituindo uma “aposta”, nessa perspectiva, como instância capaz de unificar a visão estratégica do continente (GRANATO, 2015, p. 185). O bloco buscou a cooperação em diversas dimensões, ultrapassando os limites dos regimes comerciais. Abarcou temas como a eliminação da desigualdade socioeconômica, a participação cidadã, os





direitos humanos universais e a soberania dos Estados. Já o Prosul, que contou com subscrição apenas de países com governos conservadores e alinhados aos Estados Unidos, fundamentalmente, nasceu com enfoque aos desafios que as chamadas “quarta revolução industrial” e “sociedade do conhecimento e da informação” impunham à AL, sem a perspectiva social ou da busca de maior autonomia à região.

Constatou-se, portanto, que a dimensão política da integração regional em Bolsonaro foi no sentido de desmobilizar uma instituição que carregava um viés ampliado em termos de políticas públicas para a AL, que trazia como relevante a questão social e a autonomia em termos de desenvolvimento e inserção externa. No seu lugar, buscou-se, por meio de articulação junto a governos igualmente de direita radical ou da direita tradicional e de orientação econômica neoliberal ortodoxa, restringir as articulações com países da região a questões econômico-comerciais sob a tutela da potência hemisférica, rejeitando qualquer preocupação expressa pela negociação de reciprocidades e por uma inserção não subordinada na Divisão Internacional do Trabalho.

Passamos agora para a análise da particularidade da gestão Bolsonaro, especificamente no que diz respeito à priorização dos interesses do agronegócio na PEB, em específico no comércio internacional. A importância do agronegócio é trazida já no primeiro relatório de gestão de Bolsonaro, quando é expresso na sua mensagem que a agropecuária seria a “força motriz da economia nacional”, o que iria requerer estratégias para “vencer barreiras, tarifárias e não, que prejudicam as exportações” (BRASIL, 2019b, p. 30).

Dois anos depois, no relatório de gestão do seu terceiro ano de governo, houve destaque à ampliação de adidos agrícolas nas representações diplomáticas brasileiras em países centrais (BRASIL, 2021, pp. 88-89). Na seção destinada às perspectivas para os próximos anos, foi noticiado que a promoção do agronegócio brasileiro no exterior continuaria a ser uma das vertentes cruciais da diplomacia econômica do Brasil (BRASIL, 2021, p. 133).

Por fim, como decorrência dos problemas que adviriam da referida orientação, salientou-se no relatório de gestão do seu último ano de governo, na seção Política Externa e Comércio Exterior, o trabalho realizado com intuito de “dissipar” percepções de que acordos comerciais com o Brasil poderiam ter efeitos negativos para o meio ambiente e ecossistemas brasileiros, iniciativa que incluiria a projeção do caráter sustentável da agropecuária brasileira no cenário mundial (BRASIL, 2022, p. 176). Diante do exposto, faz-se possível afirmar que, na perspectiva do governo Bolsonaro, o Mercosul se insere sob uma PEB com orientação restrita ao comércio exterior, sobretudo com países desenvolvidos, que prioriza a abertura comercial irrestrita e os interesses do agronegócio, ou a exportação de produtos agrícolas, reafirmando a tradicional vocação agrária do país. Passamos, a seguir, às menções ao bloco mercosulino.

Quando da elaboração da primeira mensagem de Bolsonaro ao Legislativo, havia expectativa pela assunção da presidência pro-tempore do Mercosul por parte do Brasil, quando se afirmou: “o País irá realizar uma revisão do bloco para garantir que atenda aos objetivos econômicos de seus integrantes” (BRASIL, 2019b, p. 116). Aqui, a exemplo dos princípios direcionados à PEB, é evidenciado o caráter nitidamente econômico com que o bloco viria a ser tratado.

No relatório de gestão do segundo ano de Bolsonaro, no capítulo de Política Externa, o Mercosul é trazido, pela primeira vez, como ponto de destaque. Salientou-se a realização de acordos importantes, que aumentariam as exportações. Em paralelo, mencionou-se que o governo procedeu a um “enxugamento” da





estrutura administrativa do Mercosul (BRASIL, 2020, p. 131). Tal busca por enxugamento, frisa-se, não foi objeto de detalhamento no documento. Ainda assim, consultamos decisão do Mercosul publicada em 2019 que trata da “Atualização da Estrutura Institucional do Mercosul” (MERCOSUL, 2022), que é a atividade à qual o documento de Bolsonaro se refere. Tal decisão estabelece um plano de ação de revisão da estrutura do bloco, “com vistas a avaliar a sua adequação à etapa atual do processo de integração e a torná-la mais enxuta e eficiente”.

Pode-se inferir que tal proposta dá indícios acerca de como a retomada do ideário neoliberal foi se institucionalizando no Mercosul, no que diz respeito a uma reorientação da arquitetura institucional voltada para um bloco que deve reafirmar seu caráter essencialmente comercial, com uma estrutura institucional “eficiente” pautada pelos objetivos comerciais do bloco. Assim, podemos afirmar que a perspectiva exposta nesse segundo relatório de gestão de Bolsonaro também vai ao encontro da orientação proposta à PEB, no sentido de se colocar de forma aberta aos mercados centrais. Os documentos do ano seguinte deixarão isso mais claro, ao aprofundarem o principal instrumento para viabilizar tal aproximação: a flexibilização da TEC.

Em 2021, no relatório de gestão do seu terceiro ano como Presidente, o Mercosul apareceu na lista de “importantes desafios” à Política Externa para os próximos anos: seria necessário “modernizar a TEC” para “viabilizar a inserção do bloco nas cadeias globais de valor” (BRASIL, 2021, pp. 135-136).

No último relatório de seu mandato, de 2022, o Mercosul foi novamente posto em relevo. Em seção destinada à Política Econômica, celebrou-se a maior redução da TEC desde a fundação do bloco<sup>6</sup>; já no capítulo de Política Externa e Comércio Exterior, noticiou-se que o Brasil vinha empreendendo uma “modernização do Mercosul” (BRASIL, 2022, p. 176), esforço esse que contemplava redução gradativa da TEC e a celebração de novos instrumentos de facilitação de comércio internos ao bloco. Além disso, anunciou-se que a agenda futura contemplaria intensificação da pauta de negociações externas, visando ao fechamento de diversos acordos de livre comércio com outras regiões.

Diante do exposto, podemos verificar que, por mais que a relevância do Mercosul, ou mesmo da integração regional, não tenha aparecido de modo imediato nos discursos gerais referentes à PEB em Bolsonaro, quando aprofundamos a análise acerca das entregas destacadas por seu governo, notamos como o bloco mercosulino foi ferramenta estratégica para o grande objetivo traçado a esse eixo de política pública, de incremento de exportações de produtos agrícolas e de trocas comerciais. Nesse esforço por orientar a integração regional aos ditames do neoliberalismo extremado no econômico, e por consequência em aproximação aos moldes do regionalismo aberto, a abertura de novos mercados e a flexibilização da TEC foram os principais instrumentos mobilizados.

Além disso, infere-se que outra dimensão da qual a gestão Bolsonaro serviu-se no seu projeto de integração regional, foi a político-institucional, no sentido de reduzir ou extinguir estruturas que vinham sendo utilizadas para tratar de uma perspectiva ampliada, com vistas ao estabelecimento de uma estrutura minimalista para um Mercosul comercial. Isso ficou retratado, como expresso, na substituição de

---

<sup>6</sup> Informação que deve ser analisada com ponderação: era época de recuperação econômica e social pós-Covid e uma série de iniciativas emergenciais na região latino-americana vinham sendo realizadas na área da saúde, que se valeram das alterações na TEC.





representação do país da Unasul para o Prosul e pela busca de “enxugamento” do Mercosul. Nesse sentido, a dimensão política ficou também demarcada nos discursos e atuação da gestão Bolsonaro no sentido do distanciamento pretendido perante países “ditatoriais” ou com governos de esquerda na região, algo que ficou sedimentado com a assinatura do Prosul. Portanto, pode-se afirmar que por mais que a dimensão econômico-comercial, assim como em Temer, tenha sido a principal preocupação do governo Bolsonaro, a frente política e institucional também ocupou papel destaque nesse governo, no sentido de restringi-las aos objetivos comerciais, dificultando acesso a propostas de cunho social e de inserção externa não subordinada.

## Conclusões

O presente trabalho teve o propósito discutir a retomada no Mercosul do ideário de integração de regionalismo aberto durante os mandatos de Temer e Bolsonaro. Para tanto, utilizou-se da análise de conteúdo, buscando compreender a orientação que deveria ser assumida na política externa e na integração regional e, dentro desse contexto, qual a relevância do Mercosul para os fins propostos.

Constatou-se nos objetivos traçados à PEB em Temer e Bolsonaro uma reorientação econômica e aberta aos mercados, centrada na liberalização irrestrita da economia brasileira, sem negociação de reciprocidades, e na busca e abertura de novos mercados, principalmente com países de capitalismo avançado. Para tanto, por mais que nos discursos iniciais dos Presidentes a integração regional e o Mercosul pouco tenham aparecido como relevantes, sendo até mesmo preteridos por acordos bilaterais, fizeram-se presentes e constituíram-se como ferramentas preferenciais durante suas gestões, conforme orientação do neoliberalismo econômico ortodoxo e, conseqüentemente, aproximando-se do paradigma do regionalismo aberto, sobretudo a partir do avanço das negociações junto à União Europeia.

Por meio do Mercosul, foram implementadas medidas que buscaram ampliar o comércio exterior junto a países desenvolvidos na região latino-americana. Para ampliação da exportação, buscaram-se novos mercados, sobretudo para o agronegócio, o que ficou evidenciado em Bolsonaro, que alçou os interesses desse setor a tema estratégico na PEB, valendo-se de artifícios como a inclusão de novos adidos agrícolas em países centrais e a mobilização de esforços para defesa da agropecuária brasileira na cena internacional.

No que se refere à liberalização irrestrita da economia brasileira, as ferramentas mais utilizadas foram destinadas à eliminação de barreiras, tarifárias ou não, sobretudo por meio da flexibilização da TEC, principal instrumento para defesa da indústria e setores estratégicos dos países do bloco. Nesse sentido, debateu-se sobre a possibilidade de se estar presenciando um recuo do bloco mercosulino, em termos de integração econômica, de uma União Aduaneira imperfeita a uma Zona de Livre Comércio. Além disso, no que toca a dimensão interna ao bloco mercosulino, foram destacadas medidas de facilitação de comércio junto a países da região.

Outra dimensão de política pública que se destacou na integração regional proposta durante o período analisado, em específico na gestão Bolsonaro, foi a político-institucional. No nível discursivo, isso ficou retratado na busca de distanciamento perante países com governos considerados de esquerda, com destaque para a Venezuela; já em medidas concretas, pôde-se constatar a interferência na estrutura de





instituições que lidam com a integração latino-americana, em específico o Mercosul, rumo a uma arquitetura minimalista, destinada ao trato exclusivo da pauta comercial, o que acabou servindo como estratégia para o afastamento dos ideais típicos do Mercosul ampliado, social e autonomista. As evidências nesse sentido foram a extinção da Unasul e posterior criação do Prosul, bem como a busca pelo enxugamento da estrutura do Mercosul.

Tais contatações corroboram a hipótese, formulada na Introdução do presente artigo, de que o caráter extremado da política econômica neoliberal – influenciado por fatores contextuais a níveis externo, interno e regionais – direcionou as críticas dos governos em tela no que se refere à integração regional, especificamente por meio do Mercosul, às medidas não vinculadas a crescimento econômico de curto prazo. Pôde-se perceber, inclusive, o ataque destinado ao legado das medidas de cunho social e às barreiras aplicadas ao comércio exterior. A novidade, não prevista na hipótese em questão, foi a utilização da dimensão político-institucional, observada em Bolsonaro, na busca de tornar exclusiva a orientação de seu governo na política de integração na região, excluindo o legado da perspectiva anterior, multidimensional e autonomista, encabeçada pelos governos petistas.

A principal discussão proporcionada, assim, com a pesquisa foi como a adoção em termos de política econômica do neoliberalismo extremado na região, em específico no Brasil, influenciada por fatores contextuais, guiou a orientação da integração regional, que se consolidou de maneira aproximada aos ditames do regionalismo aberto. Ficou retratado que a principal dimensão de política pública tratada no Mercosul foi a econômico-comercial, mas que a político-institucional também teve papel relevante na consolidação da nova orientação.





## REFERÊNCIAS

BALASSA, B. Teoría de la Integración Económica. México: Unión Tipográfica Editorial Hispanoamericana, 1961.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, I. R.; GRANATO, L. O Estado brasileiro e os interesses de classe na reformulação do Mercosul (2003-2010). Revista Tempo do Mundo, n. 26, pp. 251-280, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/26>> Acesso em: 15 fev. 2024.

BERRINGER, T. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). Oikos, vol. 16, n. 1, pp. 15-29, 2019. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/issue/view/36>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. The Neodevelopmentalist Front and Mercosur under the PT Governments: The Rise and Fall of Multidimensional Regionalism. Latin American Perspectives, vol. 49, n. 2, pp. 101-117, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0094582X211029308>> Acesso em 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_; BOITO JÚNIOR, A. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. Revista de Sociologia e Política, vol. 21, n. 47, pp. 31-38, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>> Acesso em 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_; GRANATO, L. Mercosul e o bloco no poder no Brasil e na Argentina. Crítica Marxista, n. 55, pp. 81-90, 2022.

BRASIL. Presidente (2016 - : Michel Temer) Mensagem ao Congresso Nacional, 2017 [recurso eletrônico]: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2017. – (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/michel-miguel-elias-temer-lulia/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-2017.pdf/view>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Presidente (2016 - : Michel Temer) Mensagem ao Congresso Nacional, 2018 [recurso eletrônico] : 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2018. – (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/michel-miguel-elias-temer-lulia/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-2018.pdf/view>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. Secretaria Especial da Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos. Brasília : SECAP/Ministério da Economia, 2019a. 47 p. : il. Disponível em:





<<https://www.gov.br/mds/pt-br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento/plano-plurianual-ppa/2020-2023#:~:text=O%20PPA%202020%2D2023%20foi,accessadas%20na%20p%C3%A1gina%20do%20governo.>>  
Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Presidente (2019: Jair Messias Bolsonaro) Mensagem ao Congresso Nacional, 2019 [recurso eletrônico] : 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2019b. – (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/02/04/mensagem-presidencial>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Presidente (2019 - : Jair Messias Bolsonaro). Mensagem ao Congresso Nacional, 2020: 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2020. – (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/mensagempresidencial/mensagem-ao-congresso-2020.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Presidente (2019 - Jair Messias Bolsonaro) Mensagem ao Congresso Nacional, 2021 [recurso eletrônico]: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2021. – (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/mensagempresidencial/2021/mensagem-do-presidente-ao-congresso-nacional-2021.pdf/view>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Presidente (2019 - Jair Messias Bolsonaro) Mensagem ao Congresso Nacional, 2022 [recurso eletrônico]: 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2022. – 392p. 2022: Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-2022/view>> Acesso em: 15 fev. 2024.

BRICEÑO-RUIZ, J. Times of Change in Latin American Regionalism. Contexto Internacional, vol. 40, n. 3, pp. 573-594, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300008>> Acesso em: 15 fev. 2024.

CAETANO, G. Mercosul: Quo Vadis. DEP: Diplomacia, Estrategia y Política, n. 5, pp. 144-181, 2007. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/publicacoes/revista-dep-diplomacia-estrategia-e-politica>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_; LÓPEZ BURIAN, C.; LUJÁN, C. El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de su política exterior y el futuro del regionalismo en Sudamérica. Revista Uruguaya de Ciencia Política, vol. 28, n. 1, pp. 95-130, 2019. Disponível em: <<http://rucp.cienciassociales.edu.uy/index.php/rucp/article/view/428>> Acesso em: 15 fev. 2024.





CARTA CAPITAL. Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”, 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro>> Acesso em: 15 fev. 2024.

CAVALCANTI, F. G. O Mercosul pós-Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto. In: BRICEÑO-RUIZ, J.; LEAL, J.; VALENCIA, A.; FORCHERI, M. (Coord.) La integración latinoamericana en debate. Buenos Aires, pp. 69-96, 2019. Disponível em: <<https://www.teseopress.com/laintegracionlatinoamericana/chapter/o-mercosul-pos-dilma-rousseff-e-o-retorno-do-regionalismo-aberto/>> Acesso em: 15 fev. 2024.

CEPAL. El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad. Naciones Unidas; CEPAL. 1994. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2140>> Acesso em: 15 fev. 2024.

FRENKEL, A.; AZZI, D. Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil en un mundo en transición (2015-2017). Colombia Internacional, n. 96, pp. 177-207, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/toc/colombiaint/96>> Acesso em: 15 fev. 2024.

FUENTES, J. A. El regionalismo abierto y la integración económica. Revista de la CEPAL, n. 53, pp. 81-89. 1994. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/11951>> Acesso em: 15 fev. 2024.

GRANATO, L. Os trinta anos do Mercosul: apontamentos para um balanço. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, vol. 10, n. 19, pp. 9-29. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/issue/view/4383>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil. Izquierdas, n. 49, pp. 797-809. 2020. Disponível em: <<http://izquierdas.cl/ediciones/2020/numero-49>> Acesso em: 15 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul. Curitiba: Appris, 2015.

\_\_\_\_\_; UBERTI, G. B. Mercosul e Regionalismo Aberto nos Governos Temer e Bolsonaro: Uma Análise dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Revista Aportes para la Integración Latinoamericana, n. 46, e041, 2022. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/article/view/13936>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

JUNQUEIRA, C. G. B.; NEVES, B. C.; SOUZA, L. E. S. Regionalismo Sul-Americano nos anos 2020: o que esperar o que esperar em meio às instabilidades políticas? 2020. Revista Tempo no Mundo, n. 23, pp. 93-122, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.38116/rtm23art4>> Acesso em: 15 fev. 2024.

KATZ, C. El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg. 2006.

LIMA, M. R. S. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 90, pp. 167-201. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/i/2013.n90/>> Acesso em: 15 fev. 2024.





MARIANO, K. P.; BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. Liquid Regionalism: A Typology for Regionalism in the Americas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 64, n. 2, e004, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202100204>> Acesso em 15 fev. 2024.

MARIANO, M. P., RAMANZINI JÚNIOR, H.; VIGEVANI, T. O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 112, pp. 15-54, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/i/2021.n112/>> Acesso em: 15 fev. 2024.

MELLADO, N. El modelo del MERCOSUR. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, n. 2, pp. 7-46. 1995. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/issue/view/299>> Acesso em 15 fev. 2024.

MERCOSUL. MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 19/19. Atualização da Estrutura Institucional do Mercosul. LV CMC - Bento Gonçalves, 04/XII/19. Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/public/normativas/3834>> Acesso em 15 fev. 2024.

MERINO, G. Proyectos estratégicos e integración regional en América Latina. El surgimiento de la Alianza del Pacífico, el fortalecimiento del regionalismo abierto y el retroceso del regionalismo autónomo. *Relaciones Internacionales*, n. 52, pp. 17-37. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.24215/23142766e008>> Acesso em 15 fev. 2024.

20

OSÓRIO, J. O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). Uma Ponte para o Futuro. 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf)> Acesso em: 15 fev. 2024.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL). Proposta de Plano de Governo Jair Bolsonaro. 2018. Disponível em: <[https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf)> Acesso em: 15 fev. 2024.

RAPOPORT, M. (2009). Argentina: economia e política internacional. Os processos históricos. *DEP, Diplomacia, Estratégia e Política*, n. 10, pp. 27-51. 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/publicacoes/revista-dep-diplomacia-estrategia-e-politica>> Acesso em 15 fev. 2024.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: el caso de UNASUR. *Anuario de la Integración Regional en América Latina y el Gran Caribe*, n. 9, pp. 19-72. 2012. Disponível em: <[http://www.cries.org/?page\\_id=44](http://www.cries.org/?page_id=44)> Acesso em 15 fev. 2024.





SARTI, I. Desafios à esquerda. Notas sobre a integração em tempos de crise. In: DE SIERRA, G. (Org.) Los progresismos en la encrucijada. Montevideo, pp. 99-110, 2017. Disponível em: <<https://docer.com.ar/doc/8xesx8v>> Acesso em 15 fev. 2024.

TREACY, M. Discusiones sobre la autonomía en la recepción de los aportes dependentistas al campo de las Relaciones Internacionales y contribuciones recientes desde el enfoque de cadenas globales de valor. Revista Aportes para la Integración Latinoamericana, n. 38, pp. 45-67, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.24215/24689912e011>> Acesso em 15 fev. 2024.

VADELL, J. A.; GIACCAGLIA, C. El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral. Foro internacional, vol. 60, n. 3, pp. 1041-1080, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24201/fi.v60i3.2770>> Acesso em: 15 fev. 2024.

VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. CEPAL Série Comércio Internacional, n. 82, pp. 3-48. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/4428>> Acesso em 15 fev. 2024.

